

# Introdução

Este livro é de homenagem a um amigo, a um investigador e a um mestre. Manuel de Lucena é, simultaneamente, uma referência indispensável para a ciência política em Portugal, um intelectual, homem do seu tempo, temperado pela resistência às derivas totalitárias e que marcou a transição pós-autoritária portuguesa e a compreensão da democracia que se lhe seguiu.

Após a instrução primária em Luanda e os primeiros anos do ensino secundário em Lisboa, nos Liceus de Passos Manuel e de Pedro Nunes, a formação de Manuel de Lucena – de seu nome completo Manuel João Maya de Lucena – esteve a cargo dos Jesuítas, sob a direcção espiritual do padre António de Magalhães e, depois, já na universidade, do padre Manuel Antunes, que, muito mais tarde, o ajudaria a traduzir Santa Teresa de Ávila para português.

Então monárquico, acompanhou Francisco de Sousa Tavares, em meados da década de 50, nos seus protestos contra os ataques da União Indiana ao então Estado Português da Índia. Católico, militou na JUC, com, entre outros, Carlos Portas, Manuel Belchior, Manuel Cabeçadas, Luísa Ribeiro Soares e Flávia Monsaraz. E entrou na universidade pelo Instituto Superior Técnico (curso de Engenharia Química) antes de passar para a Faculdade de Direito de Lisboa, onde só se licenciaria em 1981 e onde se tornou amigo de Nuno Cabral Basto, Francisco Sarsfield Cabral, João Vieira de Castro, António Serra Lopes e do então futuro cineasta Paulo Rocha, para quem escreveu diálogos, nomeadamente do filme *O Desejado*, e graças a quem visitou a Índia e o Japão.

Com Nuno de Bragança, João Bénard da Costa, Alberto Vaz da Silva, Nuno Portas e outros pertenceu ao número dos autores de programas

do CCC, cineclube de inspiração cristã, dirigido primeiro por Pedro Tamen e depois por Sarsfield Cabral.

Durante a crise académica de 1962 coadjuvou os dirigentes associativos da RIA, Reunião Interassociações de Lisboa, entre os quais Jorge Sampaio, Vítor Wengorovius, José Medeiros Ferreira, Eurico de Figueiredo, José Vasconcelos Abreu e António Ribeiro, redigindo boa parte dos comunicados estudantis, cuja impressão e distribuição, nas barbas da polícia política, couberam a um aparelho de propaganda dirigido por José Eduardo Nepomuceno.

Em 1963 e anos seguintes participou no arranque da revista *O Tempo e o Modo*, na companhia de católicos, como o director António Alçada Baptista, Bénard, Bragança, Wengorovius, Vaz da Silva e Luís Salgado de Matos, e de agnósticos ou ateus, como Sampaio, Mário Soares, Vasco Pulido Valente, Vasco Vieira de Almeida e João José Cochofel.

Ainda em 1963 exilou-se, por oposição à guerra colonial, ao ser mobilizado para Moçambique, vindo a viver no estrangeiro mais de dez anos. Em Roma esteve até ao Outono de 1967; em Paris passou em seguida cerca de cinco anos, como estudante, sendo tarefeiro no Instituto de Física Nuclear da Faculdade de Ciências da Universidade de Paris I; por razões familiares, voltou depois a Argel, onde já estivera, em 1964, na III Conferência da FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional); e lá viveu entre Agosto de 1972 e Agosto de 1973, sem actividade política na Frente, mas mantendo boas relações pessoais com os seus principais dirigentes: Rui Cabeçadas, Manuel Sertório, Fernando Piteira Santos, Manuel Alegre. Enfim, de novo em Paris, aí residiu até ao seu regresso a Portugal, em 1974, cerca de mês e meio depois do 25 de Abril.

No estrangeiro militou no MAR (Movimento de Acção Revolucionária), socialista de esquerda, mas presente apenas em meios estudantis e intelectuais. Então os seus principais companheiros foram, dos residentes em Portugal, Wengorovius, Sampaio, Armando Trigo de Abreu, João Cravinho e Nuno Brederode Santos, este último simples simpatizante, e, de entre os que viviam fora do país, Cabeçadas, António Lopes Cardoso, Carlos Veiga Pereira, António José Saraiva, António Brotas, José Hipólito dos Santos, José Nepomuceno e o grupo de Londres, do qual faziam parte Sacuntala e Álvaro de Miranda e João Monjardino.

De 1964 a 1968 foi, com Cabeçadas, Sertório, Piteira, Alegre, Mário Ruivo, Manuel Tito de Morais e outros, membro permanente da Conferência da FPLN, organização onde conviviam diversas tendências anti-salazaristas, mas onde era grande, nessa altura, a influência do PCP. Saiu da FPLN em Agosto de 1968, logo após a invasão da Checoslováquia

pelo exército soviético, ficando desde então politicamente solto e dedicando-se a uma oposição sobretudo intelectual, revolucionário, mas imune ao marxismo e à tentativa comunista.

Durante os últimos anos do salazarismo apenas avulta no seu currículo, em matéria de acção prática, uma colaboração com a LUAR (deu-se sobretudo com Camilo Tavares Mortágua), na tentativa de a fazer executar um projecto cuja realização marcara passo no MAR. Era o projecto *Electra*, nome proveniente de um aparelho capaz de substituir a voz de Salazar ou a de Américo Thomaz, numa declaração televisiva, por outra que, aparentando sair da boca de um deles, confessaria as culpas do regime e proclamaria as intenções da oposição.

Tendo animado, anos antes, com Augusto Joaquim, uns *Cadernos Socialistas*, fez parte, desde 1970, com António Barreto, Carlos Almeida, Eurico de Figueiredo e José Medeiros Ferreira, do grupo de redactores da revista *Polémica*, também socialista, cujo último número saiu em 1973.

Do ano lectivo de 1967-1968 ao de 1971-1972 frequentou o Institut de Sciences Sociales du Travail, da Universidade de Paris I, onde, para obter o respectivo diploma, escreveu o primeiro trabalho de investigação: uma análise institucional do regime autoritário do «Estado Novo», mais tarde traduzida do francês e publicada em dois volumes – *O Salazarismo e O Marcelismo* –, que continua a ser estudo de referência sobre o corporativismo português.

Sendo *chargé de cours* de Direito Social (Trabalho e Segurança Social) na Universidade de Paris II, o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 tornou possível o seu regresso a Portugal, onde o esperavam uma revolução e as Forças Armadas. Estas levaram-no a participar, como alferes, de Novembro de 1974 até meados de Março de 1975, na descolonização de Cabo Verde, onde pertenceu a uma comissão do MFA para as ilhas do Barlavento e depois colocaram-no em Lisboa, no Gabinete de Dinamização do Exército, situado no Estado-Maior do Exército, onde viveu o «Verão quente» e onde terminaria o seu serviço militar poucos dias antes do 25 de Novembro. Aí participou no movimento de subscrição do documento dito dos «Nove» ou «Melo Antunes».

Acabado o serviço militar, Vasco Pulido Valente, de saída para Oxford, aconselhou-o a tentar ocupar o lugar que deixava vago no GIS, Gabinete de Investigações Sociais, hoje ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Aí foi acolhido pelo professor Adérito Sedas Nunes e aí decorreu a sua restante carreira académica, até se jubilar, em 2008.

As problemáticas do corporativismo, da mudança revolucionária, da transição e da reconstrução constitucional pós-autoritária, bem como a

da descolonização portuguesa, dominam os seus trabalhos no GIS/ICS. Manuel de Lucena é das primeiras vozes portuguesas no debate com Philippe Schmitter, Howard Wiarda, Juan Linz, Leonardo Morlino, Emilio Gentile e outros sobre o corporativismo, o fascismo e o totalitarismo, bem como sobre a natureza do regime salazarista. Em paralelo, a evolução política e constitucional portuguesa, incluindo a definição do actual sistema semipresidencialista, é o tema do seu primeiro livro escrito em Portugal, *O Estado da Revolução*.

Em 1977-1978, por encomenda de António Barreto, então ministro da Agricultura, elaborou um relatório sobre a decretada mas muito problemática extinção dos grémios da lavoura, contando com a colaboração do doutor Carlos da Silva Costa, do engenheiro agrónomo António Correia Fragata e das engenheiras, também agrónomas, Maria Inês Mansinho e Margarida Neri Pereira, que se ocuparam da situação desses grémios, respectivamente, no Norte, no Centro e no Sul do país. Tendo Barreto passado a ensinar na Universidade Católica, este trabalho viria a ser aprofundado no que respeita ao Alentejo, dele resultando, em 1984, a publicação de outro livro: *Revolução e Instituições: a Extinção dos Grémios da Lavoura Alentejanos*.

A análise dos grémios da lavoura levou-o à dos organismos de coordenação económica do Estado Novo, que, de resto, sobreviveram à sua queda. Dessa análise – apoiada pela Dr.<sup>a</sup> Regina Borges, que desses organismos tinha longa experiência – resultou uma série de monografias sobre as Juntas Nacionais do Vinho, das Frutas e dos Produtos Pecuários, bem como outras sobre o Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos e, em co-autoria com Luciano Amaral, que trouxe investigação própria, sobre o Instituto dos Cereais, sucessor da FNPT, Federação Nacional dos Produtores de Trigo, e antecessor da EPAC, Empresa Pública de Abastecimento de Cereais. Algumas dessas monografias foram algo abreviadamente publicadas no *Dicionário de História de Portugal*, de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Nesta última obra também figuram entradas de Manuel de Lucena sobre totalitarismo, previdência social, organismos de coordenação económica, grémios, casas do povo e casas dos pescadores, bem como entradas biográficas sobre Salazar, acompanhando a carreira deste até 1945 (coube a António Barreto a fase final dela) e sobre alguns dos principais expoentes do regime salazarista: Armindo Monteiro, Pedro Teotónio Pereira, Alberto Franco Nogueira, Adriano Moreira e José Gonçalo Correia de Oliveira.

Em princípios da década de 90 acompanhou uma série de investigações sobre a criação, após o 25 de Abril, dos organismos de cúpula pa-

tronais, sindicais e de agricultores, por encomenda de Philipp Schmitter, que, no Instituto Universitário Europeu de Florença, projectava então um grande estudo comparativo sobre o assunto, envolvendo, além de Portugal, outros países da Europa do Sul, nomeadamente a Espanha, a Itália e a Grécia. Dessas investigações, à partida independentes e que como tais permaneceram, resultaram vários textos: de José Barreto, que tratou da CGTP-Intersindical e da UGT, «A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal, 1968-1990»; de Carlos Gaspar, que abordou a CIP e a CCP, confederações da indústria e do comércio, «As aventuras das associações empresariais na democracia portuguesa», inédito; enquanto o próprio coordenador se encarregava da CAP e da CNA, confederações de agricultores, por inesperado impedimento da pessoa que delas, em princípio, se devia ter ocupado. Mas nada se publicou então sobre estas duas últimas. Em 1991 e 1992 é que saíria nos n.ºs 114 e 115 da *Análise Social* um artigo de Lucena e de Carlos Gaspar, «Metamorfoses corporativas? Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal», que, de certo modo, compensa a lacuna ao abordar o conjunto das instituições representativas acima referidas.

O escrito de José Barreto foi a sua tese de doutoramento, na preparação da qual teve como orientador Manuel de Lucena, que também desempenhou essa função legal junto de Luís Salgado de Matos e de Fátima Patriarca, cujas teses se intitulam, respectivamente, *Um Estado de Ordens Contemporâneo. A Organização Política Portuguesa e Processo de Implantação e Lógica e Dinâmica de Funcionamento do Corporativismo em Portugal – os Primeiros Anos do Salazarismo*, mais tarde publicado sob outro título: *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*. Mas neste último caso a orientação foi partilhada com Maria Filomena Mónica e assumida depois pelo professor Adérito Sedas Nunes.

No caso de outros trabalhos importantes, não se tratou de orientação, mas apenas de leitura crítica e de ampla discussão ocorridas ora durante a elaboração desses trabalhos ora por ocasião de remodelações visando a sua publicação. Eis o que aconteceu com Anne Pitcher, *A Triad of Interests: the Estado Novo, the Portuguese Textile Industry and Colonial Cotton Production under Salazar*; Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*; Marina Costa Lobo, *The Emergence of the Prime Minister Model: Coordination in Portuguese Government 1970-1975*; Cláudia Castelo, *O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole 1920-1974*; Véronique Poncelet, *Le Portugal de Salazar: un État corporatiste?*; Álvaro Garrido, *Abastecimento e Poder no Salazarismo: o «Bacalhau Corporativo»*;

António E. Duarte Silva, *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*; Rita Almeida de Carvalho, *A Concordata de Salazar: Portugal e a Santa Sé, 1940*, e Nicolau Andresen Leitão, *The Unexpected Guest: Portugal and European Integration*.

Por outro lado, proferiu conferências e orientou seminários sobre temas da sua preferência – fascismo, nazismo, autoritarismo e totalitarismo, entre os mais gerais, salazarismo e corporativismo, entre os mais ligados a Portugal – em instituições como o ICS, o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Defesa Nacional e vários cursos de oficiais gerais da Força Aérea.

Relativamente à descolonização, o trabalho de Manuel de Lucena no ICS, com Fátima Patriarca, Carlos Gaspar e Luís Salgado de Matos – contando com participações de António E. Duarte Silva, José Pedro Castanheira, Adelino Gomes e Jorge Almeida Fernandes –, consistiu, entre 1995 e 1998, na realização de longas entrevistas a cerca de cinquenta altos responsáveis ou testemunhas privilegiadas dos processos descolonizadores. Foram, na sua grande maioria, militares com as mais diversas inclinações políticas, dos generais Joaquim Duarte Silva e António Soares Carneiro ao almirante António Rosa Coutinho, passando pelos então brigadeiros Fernando Passos Ramos, Hugo dos Santos e Pedro Pezarat Correia e pelo tenente-coronel Ernesto Melo Antunes; sendo civis, por exemplo, Vasco Vieira de Almeida, ex-ministro do governo de transição de Angola, e José Diogo Nunes Barata, actualmente embaixador, que, em 1974, fora um colaborador próximo do general Spínola. A difícil e muito fiel transcrição destas entrevistas gravadas, que se deve a Rita Almeida de Carvalho, assessorada por Amélia Brugnini de Sousa Tavares, ocupa cerca de 1500 páginas e encontra-se publicada em <http://www.ics.ul.pt/ahsocial/>.

Em 1977-1978, Manuel de Lucena esteve com, entre outros, Victor da Cunha Rego, Francisco Pinto Balsemão, padre Manuel Antunes, João Vieira de Castro, Francisco Sarsfield Cabral, Bernardino Gomes e Manuel Castelbranco, numa fundação de ciências política criada em momento de efémera aproximação entre o PS e o PSD; e depois apoiou a AD (Aliança Democrática) nas eleições legislativas de 1979 e de 1980 e o general António Soares Carneiro nas presidenciais deste último ano, tendo, por um lado, pertencido ao seu conselho político, com Raul Miguel Rosado Fernandes, Francisco de Sousa Tavares, Vasco Pulido Valente, António Capucho, Luís Beiroco, António Cabecinha e alguns mais, e, por outro lado, participado, com Inês Serra Lopes, Carlos Macedo e António

Raposo de Magalhães, na acção prática de Victor da Cunha Rego, director executivo da campanha. E acompanhou o candidato em deslocações pelo país.

Em 1986, sem ter sido seu apoiante, manifestou apreço por Diogo Freitas do Amaral quando ele perdeu.

Não integrando, nessa altura, nem desde então, estruturas de apoio a qualquer candidato, a sua intervenção individual nas campanhas presidenciais não voltou a ser muito empenhada, mas em 1996 escreveu um artigo em que preferiu Jorge Sampaio a Cavaco Silva. Quanto a legislativas, oscilou entre o PS e o PSD, até se convencer de que o excessivo predomínio destes dois partidos centrais fomenta um conformismo e imobilismo prejudicial à democracia pluralista.

A acção política de Manuel de Lucena tem sido sobretudo escrita, cultivando, em regra, uma independência política e intelectual que o levou a tomar posição, como comentador, contra os perigos da escalada comunista, o caos da descolonização e os obstáculos à institucionalização de uma democracia pluralista. Nos anos 70 do século xx, antes e depois do 25 de Abril, escreveu artigos ainda inspirados por um socialismo radical, mas ao longo das duas décadas seguintes procurou, nomeadamente nos jornais dirigidos por Victor da Cunha Rego – o *Diário de Notícias*, a *Tarde* e o *Semanário* –, definir uma linha singular, tão radical na defesa da transição para essa democracia pluralista como inteligente na procura dos argumentos que podem pesar na balança ideológica a favor da liberdade. No *Diário de Notícias* também foi publicado por Mário Mesquita, que mais tarde lhe daria espaço no *Diário de Lisboa* e que já em 1973 lhe fizera uma entrevista para o seu livro *Portugal sem Salazar*.

A originalidade, o rigor, a elegância da escrita, marcam não só os estudos académicos de Manuel de Lucena, mas também as suas traduções das *Moradas*, de Santa Teresa de Ávila, e da *História da Guerra da Catalunha*, de Dom Francisco Manuel de Melo. A primeira, encomendada por Pedro Tamen para a Livraria Morais em 1963 e publicada pela Assírio & Alvim em 1988, beneficiou, além da já referida leitura do padre Manuel Antunes e de uma crítica de estilo de Manuel dos Santos Lourenço, de achegas do professor Carlos H. do Carmo Silva, da Universidade Católica de Lisboa, da professora Maria Idalina Resina Rodrigues, da Universidade de Lisboa, de Carlos Romero Muñoz, catedrático de literatura espanhola em Veneza; e de Amélia Brugnini de Sousa Tavares e contou com os dicionários castelhanos (*Autoridades* e *Etimológico*) de Miguel Viqueira. Quanto à segunda, procedente de um convite de Vasco Graça Moura em meados dos anos 80, só agora, em 2012, está pronta para pu-

blicação; tendo, ao longo dos anos, beneficiado do exame de duas amigas – a última acima referida e Cristina Miranda – cuja língua materna é o castelhano.

Em matéria de traduções suas, cabe ainda mencionar: do castelhano, as de alguns sonetos de Lope de Vega e de Francisco de Quevedo, publicadas no *Diário de Notícias* em Janeiro de 1981; do francês, a de versos de Péguy, oferecida a João Bénard da Costa, e as de passagens dos *Fragments de Hypnos (Feuillets d'Hypnos)* e dos *Matinais (Matinaux)*, de René Char, saídas primeiro em *O Tempo e o Modo* (n.º 79, Maio de 1970) e depois, em versão corrigida e aumentada, na revista *Atlântico* (n.º 1, Abril de 2005); do inglês, as de poemas de T. S. Eliot, em constante revisão e ainda inéditos. Enfim, procedeu do italiano a da *Storia del teatro portoghese*, da professora Luciana Stegagno Picchio.

Jubilado, nem o universitário nem o tradutor deixaram de trabalhar e de escrever.

Os organizadores e os autores dos ensaios reunidos neste livro ofereceram-no a Manuel de Lucena, em nome de todos os que admiram o seu trabalho, aprenderam com o seu exemplo e têm o prazer de lhe chamar amigo.

Os organizadores desta obra agradecem ao Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa o terem-se associado a esta iniciativa e a colaboração institucional prestada. Agradecem à Fundação Calouste Gulbenkian e à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento o apoio financeiro que tornou possível a produção deste livro. Agradecem à Doutora Karin Wall, responsável pela Imprensa de Ciências Sociais, o forte empenho que manifestou na concretização deste projecto. Agradecem à Dr.ª Carmen Fonseca, do IPRI, a competência e eficácia com que preparou e acompanhou a produção do livro, agradecimento que se estende à Dr.ª Clara Cabral, do ICS. Agradecem, por fim, a João Segurado o carinho e o gosto que colocou no tratamento gráfico desta obra.

*Carlos Gaspar*  
*Fátima Patriarca*  
*Luís Salgado de Matos*